

cia, mesmo que indireta, de um sistema de escrita. Como vimos no Capítulo 3, a cultura dos índios brasileiros era ágrafa e centrada na oralidade “primária”.

5 Letramento, alfabetização, escolarização e educação

A oralidade *primária* remete ao papel da palavra antes que uma sociedade tenha adotado a escrita, a oralidade *secundária* está relacionada a um estatuto da palavra que é complementar ao da escrita, tal como o conhecemos hoje. Na oralidade primária, a palavra tem como função básica a gestão da memória social, e não apenas a livre expressão das pessoas ou a comunicação prática cotidiana. Hoje em dia, a palavra viva, as palavras que “se perdem no vento”, destaca-se sobre o fundo de um imenso corpus de textos: “os escritos que permanecem”. O mundo da oralidade primária, por outro lado, situa-se antes de qualquer distinção escrito/falado.⁵⁵

Cultura escrita e sociedade letrada

Letramento está diretamente relacionado com a língua escrita e seu lugar, suas funções e seus usos nas sociedades letradas, ou, mais especificamente, grafocêntricas, isto é, sociedades organizadas em torno de um sistema de escrita e em que esta, sobretudo por meio do texto escrito e impresso, assume importância central na vida das pessoas e em suas relações com os outros e com o mundo em que vivem.

Trata-se, assim, de um tipo de sociedade baseada em comportamentos individuais e sociais que supõem inserção no mundo público da cultura escrita, isto é, uma cultura cujos valores, atitudes e crenças são transmitidos por meio da linguagem escrita e que valoriza o ler e o escrever de modo mais efetivo do que o falar e o ouvir, diferentemente do que ocorre em sociedades iletradas ou ágrafas (a-letradas ou pré-letradas), que utilizam apenas a língua oral e não possuem sistema de escrita nem sofrem influên-

Obviamente, sociedades letradas contemporâneas são diferentes das de séculos passados, assim como há também diferenças significativas entre sociedades letradas coexistentes num mesmo momento histórico. Ao longo dos últimos cinco séculos, especialmente desde a invenção da imprensa, em 1453, o desenvolvimento cultural e tecnológico, industrial e econômico das sociedades contemporâneas vem determinando diferentes modos de produção e distribuição dos bens materiais e culturais, estabelecendo formas cada vez mais sofisticadas de valores e padrões de comportamento de indivíduos e grupos sociais com o material e o espaço do escrito. É esse o caso da cibercultura, que determina um outro espaço, a tela do computador, para a leitura e a escrita, e que não mais exige tecnologia tipográfica, mas digital.

55 LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993, p. 77.

Leitura e escrita

Dentre os bens culturais, encontram-se a leitura e a escrita como saberes constitutivos das sociedades letradas e que devem propiciar aos indivíduos ou grupos sociais não apenas acesso a ela, mas também participação efetiva na cultura escrita. A apropriação e utilização desses saberes é condição necessária para a mudança, do ponto de vista tanto do indivíduo quanto do grupo social, de seu estado ou condição nos aspectos cultural, social, político, linguístico, psíquico. No entanto, os significados, usos e funções desses saberes, assim como as formas de sua distribuição, também variam no tempo e dependem do grau de desenvolvimento da sociedade.

Leitura e escrita são processos distintos que envolvem diferentes habilidades e conhecimentos, bem como diferentes processos de ensino e aprendizagem, e podem ser compreendidos em uma dimensão individual e em uma dimensão social. Trata-se de numerosos conjuntos de habilidades e conhecimentos linguísticos e psicológicos, variados e radicalmente diferentes entre si, com formas de uso também diferenciadas em relação a uma diversidade de materiais escritos.

[...] ler [...] é um conjunto de habilidades e conhecimentos linguísticos e psicológicos, estendendo-se desde a habilidade de decodificar palavras escritas até a capacidade de compreender textos escritos. Não são categorias polares, mas complementares: ler é um processo de relacionamento entre símbolos escritos e unidades sonoras, e é também um processo de construção da interpretação de textos escritos.

[...] as habilidades e conhecimentos da escrita estendem-se desde a habilidade de simplesmente transcrever sons até a capacidade de

comunicar-se adequadamente com um leitor em potencial. E [...] também aqui não são categorias polares, mas complementares: escrever é um processo de relacionamento entre unidades sonoras e símbolos escritos, e é também um processo de expressão de ideias e de organização do pensamento sob forma escrita.⁵⁶

Esses distintos conjuntos de habilidades e conhecimentos se estendem em um *continuum*, ao longo do qual se encontram infinitos estágios intermediários que podem indicar múltiplos tipos e níveis de habilidades e conhecimentos, utilizados para ler e escrever uma multiplicidade de tipos de material escrito, com múltiplos objetivos e funções, em também múltiplos contextos e situações. Tanto é assim que uma pessoa pode ser capaz de ler sinopses de capítulos de telenovelas em revistas ou jornais, mas não conseguir ler uma bula de remédio ou impressos oficiais; uma outra pode ser capaz de ler textos técnicos em sua área de atuação profissional, mas não conseguir escrever um texto minimamente compreensível.

Da complexidade desses processos resulta também a complexidade das possíveis definições de “letramento”, especialmente em suas dimensões individual e social e em suas relações com a alfabetização e com a educação (escolar).

Dimensões individual e social do letramento

As mais recentes perspectivas de abordagem do letramento em países de língua inglesa, também incorporadas em estudos de autores brasileiros, vêm destacando, entre os novos

⁵⁶ SOARES, Magda. Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas. *Revista brasileira de educação*, ANPEd, n. 0, p. 5-16, set/out/nov/dez 1995.

instrumentais de análise, dois modelos de letramento, o “modelo autônomo” em confronto com o “modelo ideológico”, e dois componentes básicos do fenômeno do letramento, os “eventos de letramento” e as “práticas de letramento”.

A partir dos anos 1980, às perspectivas psicológica e histórica predominantes nos estudos e pesquisas sobre letramento somou-se uma perspectiva social e etnográfica, de que são obras seminais *Ways with Words*, de Shirley Heath (1983) e *Literacy in Theory and Practice*, de Brian Street (1984). Essa perspectiva [...] se consolidou nos anos de 1990 sob a denominação *New Literacy Studies*.

[...]

O binômio modelo autônomo–modelo ideológico foi proposto por Street (1984); esse mesmo autor, nessa mesma obra, desenvolveu o conceito de práticas de letramento, já anteriormente utilizado como unidade de análise em Scribner e Cole (1981); o conceito de evento de letramento foi proposto por Heath (1982 e 1983); uma discussão recente sobre os dois conceitos e suas relações pode ser encontrada em Barton (1994) e em Street (2001).⁵⁷

No “modelo autônomo”, a tendência é focar a dimensão técnica e individual do letramento e considerar as atividades de leitura e escrita como neutras e universais, independentes dos determinantes culturais e das estruturas de poder que as configuram, no contexto social. Nesse sentido, pode-se pensar em letramento, no singular.

57 SOARES, Magla. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.), op. cit., p. 89-113, 104. Além dos já indicados na citação, os demais autores e respectivos títulos citados por Soares são: SCRIBNER, Sylvia; COLE, Michel. *The Psychology of Literacy*. Cambridge: Harvard University Press, 1981; HEATH, Shirley B. Protean shapes in literacy events: ever-shifting oral and literate traditions. In: TANNEM, D. (Ed.) *Spoken and Written Language: exploring orality and literacy*. Norwood, N. J.: Ablex, 1982, p. 91-117; BARTON, David. *Literacy: an introduction to the ecology of written language*. Oxford: Blackwell, 1994; e STREET, Brian V. Introduction. In: _____. (Ed.) *Literacy and development: ethnographic perspectives*. London: Routledge, 2001. p. 1-17.

A característica da “autonomia” refere-se ao fato de que a escrita seria, nesse modelo, um produto completo em si mesmo, que não estaria preso ao contexto de sua produção para ser interpretado; o processo de interpretação estaria determinado pelo funcionamento lógico interno ao texto escrito [...]

Assim, a escrita representaria uma ordem diferente de comunicação, distinta da oral [...]

O modelo autônomo tem a agravante de atribuir o fracasso e a responsabilidade por esse fracasso ao indivíduo que pertence ao grupo dos pobres e marginalizados nas sociedades tecnológicas. [...]⁵⁸

Do ponto de vista individual, ainda, parece ser mais fácil definir quais habilidades e conhecimentos caracterizam uma pessoa alfabetizada, ou seja, que domina a “tecnologia” do ler e escrever. Mesmo assim, considerando-se a alfabetização como um *continuum*, tais critérios são sempre marcados por certa arbitrariedade, como se observa, por exemplo, nas perguntas feitas nos censos populacionais ou nas avaliações escolares; em ambos os casos, os resultados indicam um estado ou uma condição pessoal supostamente passível de medida precisa e indicativos de uma separação radical entre dois estados ou condições dicotômicas: analfabeto x alfabetizado.

Como alternativa a esse “modelo autônomo”, o “modelo ideológico” enfoca a dimensão social do letramento, apresentando diferentes versões em que o conceito de letramento se fundamenta, ou “[...] em seu valor pragmático, isto é, na necessidade de letramento para o efetivo funcionamento da sociedade [...], ou em seu poder

58 KLEIMAN, Ângela. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: _____. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 22, 38.

‘revolucionário’, ou seja, em seu potencial para transformar relações e práticas sociais injustas [...]’.⁵⁹

Aqueles que enfatizam o valor pragmático baseiam-se em uma interpretação (liberal) de letramento como adaptação, como ocorre, por exemplo, com o conceito de “letramento funcional” ou “alfabetização funcional”, adotado nas recomendações da Unesco com base em estudo realizado por William Gray, em 1956, e posteriormente retomado por outros pesquisadores. Como alternativa a essa interpretação liberal, os que enfatizam o poder “revolucionário” baseiam-se em uma interpretação (política e ideológica) de letramento como potencial de transformação social, como propõem, de forma menos ou mais radical, pesquisadores estrangeiros americanos e ingleses (tais como B. V. Street e C. Lankshear), e o educador brasileiro Paulo Freire.

Enquanto que, na interpretação liberal, progressista [...] letramento é definido como o conjunto de habilidades necessárias para “funcionar” adequadamente em práticas sociais nas quais a leitura e a escrita são exigidas; na interpretação radical, “revolucionária”, letramento não pode ser considerado um instrumento neutro a ser usado nas práticas sociais quando exigido, mas é essencialmente um conjunto de práticas socialmente construídas que envolvem a leitura e a escrita, geradas por processos sociais mais amplos, e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições e formas de distribuição de poder presentes nos contextos sociais.⁶⁰

Nas diferentes versões desse modelo ideológico, leitura e escrita são consideradas atividades eminentemente

⁵⁹ SOARES, Magda. Letramento: como definir, como avaliar, como medir. Op. cit., p. 61-125, 78, grifos da autora.

⁶⁰ Idem, p. 61-125, 74, grifos da autora.

te sociais, que variam no tempo e no espaço e dependem do tipo de sociedade, bem como dos projetos políticos, sociais e culturais em disputa.

Não existe, assim, um único tipo de letramento. Além de ser um *continuum*, em sua dimensão social, letramento é, sobretudo, um conjunto de práticas sociais em que os indivíduos se envolvem de diferentes formas, de acordo com as demandas do contexto social e das habilidades e conhecimentos de que dispõem.

Aqueles que priorizam, no fenômeno letramento, a sua dimensão social, argumentam que ele não é um atributo unicamente ou essencialmente pessoal, mas é, sobretudo, uma prática social: letramento é o que as pessoas *fazem* com as habilidades e conhecimentos de leitura e escrita, em determinado contexto, e é a relação estabelecida entre essas habilidades e conhecimentos e as necessidades, os valores e as práticas sociais.⁶¹

Nessa dimensão social, são também plurais os eventos de letramento e as práticas de letramento, duas faces de uma mesma realidade.

Eventos de letramento são “situações em que a língua escrita é parte integrante da natureza da interação entre participantes e de seus processos de interpretação (Heath, 1982, p. 93)”. Essa interação pode ocorrer oralmente, com a mediação da leitura ou da escrita, estando os interlocutores face a face, ou a distância, com a mediação de um texto escrito.

Práticas de letramento são “tanto os comportamentos exercidos pelos participantes num evento de letramento quanto as concepções sociais e culturais que o configuram, determinam sua interpre-

⁶¹ Idem, p. 61-125, 72, grifos da autora.

tação e dão sentido aos usos da leitura e/ou escrita naquela particular situação” (Street, 1995, p. 2).⁶²

Envolvendo diferentes tipos de material escrito, esses eventos e práticas fazem parte naturalmente das experiências vividas pelas pessoas e grupos sociais em sociedades letradas. E são múltiplos e diversos, pois dependem das formas como as pessoas e grupos sociais integram a língua escrita em seu cotidiano e dos processos e estratégias interpretativas utilizadas pelos participantes de um processo de interação.

De um ponto de vista social, portanto, trata-se de considerar a existência de diferentes tipos de níveis de letramento, acentuando-se a dificuldade em definir quais habilidades e conhecimentos caracterizam uma pessoa letrada e tornando pouco explicativas e muito simplificadoras as dicotomias: analfabeto x alfabetizado, analfabetismo x letramento, letrado x iletrado.

Em se tratando de sociedades letradas, ou que têm algum tipo de contato com elas, não se pode afirmar que exista um nível zero de letramento, nem uma distinção precisa entre letramento e analfabetismo, nem, tampouco, iletrados absolutos. Assim também não se pode fazer distinção radical entre usos orais e usos escritos da língua, uma vez que esses usos se interpenetram. Mesmo adultos ou crianças analfabetos ou pertencentes a grupos com cultura predominantemente oral podem ser considerados letrados em certo nível, porque podem utilizar em seu discurso oral características apontadas como

exclusivas do discurso escrito, indicando sua imersão no letramento, por meio de práticas orais de socialização do escrito e de aprendizagem não escolar da cultura letrada. Ou, ainda, pode ocorrer que pessoas alfabetizadas tenham um baixo nível de letramento, chegando mesmo a ser consideradas iletradas.

Letramento e alfabetização

No entanto, somente o fato de ser alfabetizada não garante que a pessoa seja letrada; e somente o fato de viverem em uma sociedade letrada não garante a todas as pessoas formas iguais de participação na cultura escrita. O acesso à “tecnologia” do ler e escrever e, em decorrência, “[...] ao conhecimento, sobretudo o sistematizado que se encontra registrado em textos escritos”, também não está igual e livremente disponível para todos.⁶³ Como vimos, os significados, usos, funções da leitura e escrita e as formas de produção, distribuição e utilização do material escrito e impresso também dependem do tipo de sociedade e dos projetos políticos, sociais e culturais em disputa em determinado momento histórico.

E, embora o letramento não seja consequência natural da alfabetização, pode-se considerar que “[...] o indivíduo letrado e alfabetizado é mais poderoso que o letrado não alfabetizado”.⁶⁴ Isso não significa concluir ingenuamente que a condição de alfabetizado e letrado, por si só, seja suficiente para garantir o exercício pleno da cidadania.

⁶² SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.), op. cit., p. 89-113, 105. Para essas definições, a autora cita o livro de Shirley Heath já indicado e ainda STREET, Brian V. *Social Literacies: critical approaches to literacy in development, ethnography and education*. London: Longman, 1995.

⁶³ TFOUNI, Leda V. *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*. Campinas: Pontes, 1988, p. 28, 97.

⁶⁴ Idem, p. 97, grifos da autora.

nia, sobretudo se considerarmos os elevados números da pobreza e da miséria, que vêm aumentando e se traduzem em grande contingente de excluídos sociais e culturais em nosso país. Nas atuais condições, porém, deve-se considerar a existência de certa relação entre letramento, alfabetização, escolarização e educação.

Enquanto habilidades e conhecimentos individuais, a leitura e a escrita precisam ser ensinadas e aprendidas, e a escola continua sendo uma das agências privilegiadas — mas não a única — para o processo de aquisição da “tecnologia” da leitura e da escrita e para a promoção do letramento. É importante ressaltar, porém, alguns aspectos problemáticos nessa tradicional associação entre escola e alfabetização:

- o processo de escolarização inicial não se restringe à alfabetização;
- a escola não é a única instância em que pode ocorrer o processo de alfabetização; e
- o modelo de alfabetização escolar não serve indistintamente a crianças e a jovens e adultos.

A aquisição da leitura e da escrita, por si só, porém, não vem garantindo maior nível de letramento, e, por vezes, nem mesmo essa aquisição inicial está sendo efetivada ou garantida a todos os brasileiros. Pode-se considerar, assim, que a alfabetização e a escolarização, bem como a disponibilidade de uma diversidade de material escrito e impresso, em nosso contexto atual, são condições necessárias, mas não suficientes, para o letramento, tanto do ponto de vista individual quanto social.

Mesmo assim, não há total desvinculação entre letramento e alfabetização (escolar). Embora se trate de proces-

so distintos, não se pode desconsiderar a relação de interdependência e indissociabilidade que se estabelece entre ambos. Com a introdução do conceito de “letramento” em nosso país, por um lado, foi-se configurando melhor a especificidade da alfabetização, que vinha tendendo a se diluir no conjunto de tentativas de ampliação de seus significados, a fim de contemplar as novas necessidades sociais de leitura e escrita; por outro lado, foram-se também configurando melhor os limites e o alcance do potencial explicativo do conceito, que vinha tendendo a se esgotar ante os novos desafios do persistente problema do analfabetismo.

Antes do surgimento da palavra letramento, e ainda hoje, usava-se/usava-se apenas a palavra alfabetização para referir-se à inserção do indivíduo no mundo da escrita, tornando-se sempre necessário, neste caso, explicitar que por “alfabetização” não se estava/está entendendo apenas a aquisição da tecnologia da escrita, mas, mais amplamente, a formação do cidadão leitor e escritor. O uso da palavra letramento vem distinguir os dois processos, por um lado garantindo a especificidade do processo de aquisição da tecnologia da escrita, por outro lado atribuindo não só a especificidade, mas também visibilidade ao processo de desenvolvimento de habilidades e atitudes de uso dessa tecnologia em práticas sociais que envolvem a língua escrita. Para programas de inserção de indivíduos no mundo da escrita, essa distinção é útil, sobretudo em países que ainda enfrentam altos índices de analfabetismo, como é o caso do Brasil; em países em que praticamente já não existem analfabetos, a distinção parece tornar-se desnecessária: na literatura de língua inglesa, uma única palavra “*literacy*” designa o processo de inserção no mundo da escrita, referindo-se tanto à aquisição da tecnologia quanto a seu uso competente nas práticas sociais de leitura e escrita.⁶⁵

65 SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.), op. cit., p. 89-113, 90-1.

Como vimos, enquanto processo, a alfabetização (escolar) é também um *continuum* ao longo do qual podem ocorrer diferentes níveis (individuais) de domínio das habilidades e conhecimentos envolvidos; mas seu *produto*, saber ler e escrever, pode ser prefixado, reconhecido e medido com certa objetividade, mas não sem certa arbitrariedade.

O letramento, por sua vez, é um *continuum* que envolve um processo permanente, cujo produto final não se pode definir nem prefixar, impossibilitando, como vimos, a distinção precisa entre analfabetismo e letramento e entre iletrado e letrado, do ponto de vista tanto individual quanto social.

Letramento e escolarização

A natureza distinta dos processos de alfabetização e letramento torna complexa a relação tanto entre ambos quanto entre letramento e escolarização, devendo-se ressaltar que esta última relação não parece tão óbvia quanto a anterior.

Nos critérios utilizados nos censos populacionais, vem-se buscando correlacionar o número de séries escolares concluídas com o nível de letramento/analfabetismo. No caso brasileiro, essa correlação tem resultado tanto na definição, por parte do IBGE, do índice de “analfabetismo funcional”, considerando a escolaridade de menos de quatro anos de estudo, quanto na definição de níveis de letramento obtidos de acordo com os anos de estudo concluídos, como propõe Ferrari.⁶⁶ Há, ainda, em “trajeto inverso”, o estudo do Inaf, que procura iden-

⁶⁶ FERRARI, Alceu R. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, p. 21-48, dez. 2002 (Dossiê Letramento).

FONTAINE ARCHIVO FEU
N2 ACO. 1929. P193



PROFESSORANDOS EM ATIVIDADE DE LETURA NA BIBLIOTECA DA ESCOLA NORMAL DA PRAÇA DA REPÚBLICA, SÃO PAULO, 1929

HOMEM APRENDEDO A ESCREVER



FONTAINE ARCHIVO FEU

tificar habilidades de letramento, definindo três níveis de alfabetismo, e, apenas posteriormente, relacionando-os com os graus de instrução correspondentes. Ressalta-se, nos dados deste último estudo, a correlação positiva entre grau de instrução e níveis de letramento. No entanto, “[...] embora os dados permitam concluir que a escolarização cumpre um papel fundamental na promoção das habilidades associadas ao letramento, indicam também que, em número não desprezível de casos, é negada a relação entre escolarização e tais habilidades”.⁶⁷

No contexto escolar, vem-se buscando relacionar alfabetização e letramento, o que tem resultado na introdução do termo, e possíveis práticas a ele relacionadas, em documentos oficiais, em livros didáticos e em ações de formação continuada de professores da educação básica, como já apontei.

É importante advertir que por introdução do letramento no âmbito das práticas escolares não se deve entender a mera substituição de “alfabetização” por “letramento”, nem a alfabetização como pré-requisito para o letramento, equívocos por vezes observados nesses contextos. A relação entre esses termos e os correspondentes processos é bastante complexa e envolve diferentes problemas e preocupações, em especial a relação entre letramento social e letramento escolar e o processo de “pedagogização do letramento”.

A partir de estudos de práticas escolares em contexto americano, alguns estudos realizados no contexto brasileiro vêm mostrando que é, predominantemente, o “[...] modelo autônomo de letramento que determina as práticas escolares, considerando-se a aquisição da escrita

67 SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.), *idem*, p. 89-113, 99.

como um processo neutro, que, independentemente de considerações contextuais e sociais, deve promover aquelas atividades necessárias para desenvolver no aluno [...] como objetivo final do processo, a capacidade de interpretar e escrever textos abstratos, dos gêneros expositivo e argumentativo [...]”. Tem-se, assim, na escola um agravamento das desigualdades sociais, pressupondo-se, ainda “[...] uma separação polarizada entre a oralidade e a escrita”.⁶⁸

Esse ponto de vista pode sugerir uma distinção precisa entre letramento escolar e letramento social. O mais adequado, no entanto, seria distinguir letramento escolar, que ocorre na escola e não é sinônimo de alfabetização, e letramento não escolar, que ocorre fora da escola, mas é também social, pois o contexto escolar é parte do contexto social.

Essa distinção entre letramento escolar e letramento não escolar vem sendo explicada fundamentalmente com base nos conceitos de práticas e eventos de letramento, que, como vimos acima, são múltiplos e diversos e fazem parte naturalmente das experiências vividas pelas pessoas e grupos sociais, em sociedades letradas. Diferentemente, porém, do que ocorre na vida cotidiana, a escola, ao autonomizar as atividades de leitura e escrita, cria eventos e práticas de letramento, mas com natureza, objetivos e concepções que são específicos do contexto escolar.

No contexto escolar, esses eventos e práticas se tornam objetos de ensino e aprendizagem submetidos a uma organização sistemática e metódica, mediante processo de seleção e estabelecimento, de acordo com cri-

68 KLEIMAN, Ângela. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: ———. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 44-5.

térios pedagógicos, de conteúdos e atividades a serem desenvolvidos e avaliados, visando a alcançar um objetivo primordial: a aprendizagem por parte do aluno.

Ocorre, assim, a “pedagogização do letramento”, ou seja, um processo no qual práticas sociais de letramento se tornam, numa sequência ideal e predeterminada, práticas de letramento a ensinar, posteriormente, ensinadas, e, finalmente, adquiridas.

[...] práticas de letramento a ensinar são aquelas que, entre as numerosas que ocorrem nos eventos sociais de letramento, a escola seleciona para torná-las objetos de ensino, incorporadas aos currículos, aos programas, aos projetos pedagógicos, concretizadas em manuais didáticos; práticas de letramento ensinadas são aquelas que ocorrem na instância real da sala de aula, pela tradução dos dispositivos curriculares e programáticos e das propostas dos manuais didáticos em ações docentes, desenvolvidas em eventos de letramento que, por mais que tentem reproduzir os eventos sociais reais, são sempre artificiais e didaticamente padronizados; práticas de letramento adquiridas são aquelas de que, entre as ensinadas, os alunos efetivamente se apropriam e levam consigo para a vida fora da escola.⁶⁹

Nesse sentido, o letramento passa a integrar uma cultura especificamente escolar, entendida como certos eventos e práticas (de letramento) que, selecionados, organizados, normatizados e rotinizados sob o efeito dos imperativos de didatização, passam a constituir o objeto de uma transmissão deliberada no contexto das escolas.⁷⁰

69 SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.), idem, p. 89-113, 107-8, grifos da autora.

70 FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, p. 167.

E, considerando que “[...] a aquisição da escrita e, posteriormente, a aquisição por meio dela de novos corpos de conhecimentos são as atividades que constituem a essência da escolarização nos moldes ocidentais”,⁷¹ no âmbito da realização de sua função educativa, mediante processo de transmissão cultural intencional, explícita e organizada às novas gerações e a partir de uma razão pedagógica essencialmente normativa e prescritiva, na escola brasileira tende-se a ensinar e aprender algo como uma imagem idealizada de letramento.

Dada a legitimidade e o valor intrínseco ainda conferidos à autoridade pedagógica da escola e do professor, mesmo o valor instrumental — relativo ao acesso à instrução e ao mundo público da cultura letrada — anunciado ou desejado para essa aprendizagem tende a ser substituído por um “valor em si” decorrente de uma finalidade restrita à própria aprendizagem escolar, integrando, assim, uma cultura escolar dotada de dinâmica própria e capaz de sair dos limites da escola para imprimir sua marca didática e acadêmica a todas as outras atividades, e, silenciosamente, acompanhar as pessoas em outras esferas de sua vida pessoal e social.

Como decorrência desse processo de pedagogização, tende a se consolidar certo conceito e correspondente modelo escolar de letramento, à semelhança do ocorrido com a alfabetização escolar (assim como com todas as demais matérias escolares), como vimos no Capítulo 3. Esse conceito e esse modelo, por sua vez, tendem a se disseminar, tornando-se padrão e parâmetro para o letramento social, por meio da imposição de comportamen-

71 RIBEIRO, Vera Masagão. *Alfabetismo e atitudes: pesquisa com jovens e adultos*, op. cit., p. 48.

tos escolares de letramento em contextos não escolares, inclusive, por exemplo, nos programas de alfabetização de jovens e adultos.

Não se pode, portanto, considerar a alfabetização como um pré-requisito para o letramento, nem reduzir letramento a um conceito escolarizado. Apesar dos problemas envolvidos, porém, não se pode também separar radicalmente o letramento escolar do letramento social, porque, sendo ambos partes do mesmo contexto social, hipoteticamente as experiências de leitura e escrita na escola acabam por habilitar a participação em experiências extracolares de letramento. Assim como também não se pode separar radicalmente o letramento da alfabetização, da escolarização e nem, tampouco, da educação.

[...] o conceito de letramento encerra, sem dúvida, um grande potencial para a reflexão sobre a educação escolar, indo além, inclusive, das questões específicas da área de língua portuguesa. Na sua acepção mais ampla, que remete às habilidades de compreensão e produção de textos e aos usos sociais da linguagem escrita, o letramento pode ser tomado como importante eixo articulador de todo o currículo da educação básica. Entretanto, o vigor do conceito de letramento para a reflexão pedagógica não reside apenas no reconhecimento da centralidade da leitura e da escrita no interior da própria escola, mas principalmente no fato de que ele instiga os educadores — e a sociedade de maneira geral — a refletir sobre a relação entre a cultura escolar e a cultura no seu conjunto, sobre as relações entre os usos escolares e os demais usos sociais da escrita.⁷²

72 RIBEIRO, Vera Masagão. Indicadores de analfabetismo. Introdução 2. Instituto Paulo Montenegro – Biblioteca. Disponível em <http://ipm.org.br>. Acesso em 26 mar. 2004.